

Instituição teme privatização da escola pública

Professora da UFRJ quer a incorporação, na LDB, de artigos preparados pela Câmara dos Deputados

EDMILSON SILVA

RIO — O Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, entidade que reúne dezenas de instituições, não concorda com os rumos tomados pelo novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). O fórum avalia que o principal risco contido no substitutivo do senador é o da privatização do ensino público. "Pretendemos trazer o projeto original e não permitir que os seis anos de debate sejam simplesmente aniquilados, com um projeto desconhecido, reducionista e de meia dúzia de iluminados", reivindica a professora Ana Maria Ribeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os críticos querem que a LDB incorpore artigos de um projeto com o mesmo objetivo preparado pela Câmara dos Deputados, o PLC 101/93. Ao todo, já foram incorporadas ao projeto de Darcy 1.300 emendas e não há data prevista para que o documento entre em votação.

"A esperança é conseguir tirar o projeto de Darcy de cena", disse Ana Maria, espécie de porta-voz do fórum. Ela vê conexões entre o substitutivo de Darcy e o projeto proposto pelo ministro da Administração Federal, Bresser Pereira, que prevê a "publicização" das universidades. "Isso é um eufemismo para privatização a ponto", explicou Ana Maria.

Darcy Ribeiro nega a intenção e assegura que é contra o pagamento de mensalidades nas universidades públicas. "Criaria uma situação vexatória ao permitir que os mais ricos continuem com vantagens", afirmou o senador.

Ana Maria critica também o fato de o projeto de Darcy propor o fim da regulamentação das profissões, exceto as das áreas de saúde, engenharia e direito. A professora não concorda com o repasse mensal dos recursos federais aos estados e nem com a retirada das universidades do Registro Jurídico Civil, o que obrigaria a cada entidade criar o seu próprio plano de carreira.

Para defender o projeto da Câmara, Ana Maria lembra que nele há a especificação de como deve ser a educação especial e indígena, além de deixar claro que o ensino médio deve estar voltado para a capacitação do aluno ao trabalho. Ela diz que no projeto de Darcy a educação especial é apenas tratada superficialmente. "Isso já está virando uma novela", avaliou a especialista, lembrando que a última LDB, mais conhecida como a Lei 5.692, de 1971, levou 10 anos para ser aprovada.